

FREUD: PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO

1. Professor Associado da Universidade de São Paulo (Ribeirão Preto).

Marcus Vinícius da Cunha¹

Resumo: Este capítulo apresenta as concepções fundamentais da Psicanálise de Sigmund Freud, tomando essa teoria como um paradigma². Focalizando temas como formação da personalidade, etiologia das neuroses e psicoterapia, o capítulo expõe a visão de Freud sobre a educação, discutindo as possibilidades de transposição da teoria psicanalítica para a prática educacional.

2. Termo cunhado por Thomas Kuhn

Palavras- Chave: Teoria da personalidade. Psicanálise na educação. Prática educacional.

Sigmund Freud, criador do paradigma psicanalítico, nasceu, em 1856, na cidade de Freiberg, Morávia, hoje, uma região da República Tcheca. Originário de família judia, viveu grande parte de sua vida em Viena, na Áustria, e morreu em Londres, capital da Inglaterra, em 1939, para onde se refugiou das perseguições do nazismo.

Formado em medicina, interessou-se por estudar manifestações de desequilíbrio psicológico e foi no contato com seus pacientes que elaborou sua teoria. Esse é um aspecto importante do paradigma porque revela o ambiente em que a Psicanálise surgiu e o destino original de suas formulações: a cura de pessoas que sofrem distúrbios psíquicos. Freud não se dedicou a analisar a escola e o trabalho do professor, embora tenha abordado questões educacionais em alguns de seus escritos.

A TEORIA DA PERSONALIDADE

Com base no relato de pacientes a respeito de suas fantasias, sintomas neuróticos, lembranças e sonhos, Freud desenvolveu uma teoria sobre a estrutura da personalidade humana e a dinâmica de seu funcionamento. Segundo ele, nossa personalidade é formada por três instâncias: id, ego e superego.

O id é a instância que contém os impulsos inatos, as inclinações mais elementares do indivíduo. O id é composto por energias – denominadas por Freud de pulsões – determinadas biologicamente e determinantes de desejos e necessidades que não reconhecem qualquer norma socialmente estabelecida. O id não é socializado, não respeita convenções, e as energias que o constituem buscam a satisfação incondicional do organismo.

Ao passo que o id é inato, as duas outras partes da personalidade desenvolvem-se no decorrer da vida da pessoa. O ego, que significa literalmente “eu”, é o setor da personalidade especializado em manter contato com o ambiente que cerca o indivíduo. Ele é a porção visível de cada um de nós, convive segundo regras socialmente aceitas, sofre as pressões imediatas do meio e executa ações destinadas a equilibrar o convívio da pessoa com os que a cercam.

O superego, por sua vez, é um depositário das normas e princípios morais do grupo social a que o indivíduo se vincula. Nele se concentram as regras e as ordenações da sociedade e da cultura, representadas, inicialmente, pela família e, posteriormente, internalizadas pela pessoa.

Podemos visualizar a dinâmica entre essas três instâncias da seguinte maneira: energias determinantes de desejos, originárias do id, devem chegar ao nível do ego para que este possa articular ações supressoras das necessidades então impostas. Se o ego irá dar conta de fazê-lo ou não, este é um problema que diz respeito às possibilidades reais de que dispõe o indivíduo. Não é esse o tema prioritário da teoria de Freud.

O foco de atenção da Psicanálise dirige-se à relação entre as energias oriundas do id e os impedimentos que o superego lhes impõe. A Psicanálise mostra que há uma vasta gama de desejos que são impedidos de chegar ao nível do ego, isto é, desejos cuja existência o “eu” sequer toma ciência devido à censura das barreiras morais internalizadas pela pessoa. O superego atua como protetor do ego, pois sem ele as pulsões tornariam insuportável a vida do indivíduo em sociedade.

Constitui-se, desse modo, uma região da personalidade habitada por pulsões reprimidas, que não são conscientes para o ego. Esta região é chamada inconsciente. Está no inconsciente tudo aquilo que o ego não sabe que existe, tudo aquilo que foi reprimido com base nas concepções morais internalizadas pelo indivíduo.

Observe-se que este modelo traduz uma concepção de ser humano. Segundo a Psicanálise, somos seres que possuímos um universo de desejos e necessidades que não conhecemos. Tudo o que pensamos e queremos é apenas uma parte do que realmente somos. Grande parte de nós encontra-se oculta em nosso inconsciente, reprimida por nosso superego.

Trata-se de uma versão da personalidade humana que rompe com o racionalismo e mostra não sermos donos da verdade que julgamos conhecer a respeito de nossas motivações, nossos gostos, amores e ódios. Isto porque nossas escolhas conscientes são profundamente influenciadas pelas energias inconscientes reprimidas.

A ORIGEM DAS NEUROSES

Tudo seria muito simples se os conteúdos reprimidos ficassem definitivamente soterrados, mas não é assim que se passa. As pulsões, precisamente por serem energias, continuam a pressionar o superego para chegar ao nível consciente. Nesse processo, Freud viu a origem de alguns fenômenos da vida psíquica, como os sonhos, os atos falhos, a sublimação e as neuroses.

O sonho nada mais é do que um resultado da luta entre o id e o superego. O conjunto de conteúdos que forma o sonho traduz a trama de desejos não satisfeitos contidos no inconsciente da pessoa. Sonhar, portanto, é a realização de um desejo reprimido. Trata-se, é claro, de realização imperfeita e incompleta porque a ação do superego impede que as imagens oníricas explicitem com clareza o desejo inconsciente.

A falta de clareza do sonho é exigência feita pelo superego que libera as energias do id desde que estas tenham sua forma alterada e não cheguem ao plano consciente tal como elas realmente são. O superego garante, assim, o cumprimento de sua função repressora, ao mesmo tempo em que alivia, de certo modo, a pressão oriunda do id.

Algo semelhante ocorre com os atos falhos – lapsos lingüísticos ou de escrita. O caso mais banal é aquele em que um palestrante inicia seu discurso dizendo: “Bem, vamos encerrar esta sessão...”. O lapso, neste caso, seria a tradução do desejo inconsciente de encerrar e, não, o de iniciar a palestra. O desejo reprimido obteve satisfação por uma fresta nas defesas do superego.

O mecanismo chamado sublimação também expressa o resultado das tensões entre o id e o superego. Energias reprimidas transformam-se e são canalizadas para um único objetivo, possibilitando ao ego exercer uma atividade socialmente aceita. O indivíduo destaca-se em um determinado setor da vida social, seja ele artístico, esportivo ou intelectual, dada à concentração de energia psíquica que ali se forma.

A neurose, por fim, foi explicada por Freud de acordo com esse mesmo esquema de produção. A exemplo do sonho e das demais manifestações acima mencionadas, o sintoma neurótico – um desequilíbrio que se manifesta na vida consciente da pessoa – é o resultado visível de desejos que, reprimidos pelo superego, tornam-se inconscientes e procuram uma “válvula de escape” para ascenderem ao plano consciente.

A pessoa neurótica percebe que há algo errado com ela – uma angústia indefinida, um pensamento ou um ato recorrente – mas não sabe a causa dos sintomas que a afligem, pois esta se encontra no inconsciente, região inacessível ao ego. Ao contrário de um sonho, uma neurose é algo que sempre causa sofrimento. Curar ou, ao menos, minimizar tal sofrimento era o objetivo de Freud. Para isso, ele criou uma técnica terapêutica, uma psicoterapia, como veremos logo mais.

UMA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

Mais ou menos neuróticos todos somos, ensina a teoria psicanalítica, uma vez que temos desejos reprimidos, a todo momento, interferindo em nossa vida consciente e, muitas vezes, provocando desconforto. Todas as nossas relações pessoais são permeadas por emanções de energias psíquicas desconhecidas oriundas de um território obscuro e inatingível. Desse modo, grande parte de nossos desejos e motivos conscientes, que julgamos conhecer e dominar, não passam de simulacros daquilo que habita nosso inconsciente.

Se é assim, como ver então o relacionamento entre professor e aluno, situação aparentemente tão simples em que um está ali para transmitir certos conteúdos escolares e o outro, para aprendê-los? À primeira vista, a relação pedagógica resume-se à escolha de um bom método de ensino, um planejamento adequado das matérias e um certo conhecimento das competências intelectuais dos aprendizes.

Mas a educação escolar é assim apenas na aparência, mostra a Psicanálise, pois as questões objetivas – método, planejamento, conteúdos das matérias etc. – são o que menos importa no ato de educar. Os ensinamentos psicanalíticos dirigem nossa atenção para o vasto e complexo mundo subjetivo oculto no interior de professor e aluno, cada qual sofrendo constantemente a pressão de seus respectivos desejos, muitos dos quais atingidos pela repressão.

O professor psicanaliticamente orientado deve observar as atitudes conscientes de seus alunos, como também as suas, procurando desvelar os desejos escondidos por trás delas. O professor que aceita o paradigma psicanalítico está sempre interessado em ir além de ministrar uma boa aula – no sentido técnico da expressão. Seu olhar volta-se constantemente para os motivos desconhecidos que o levam a estar ali, as possíveis razões que o motivam a relacionar-se com seus alunos desta ou daquela maneira. Ele é um profissional que tende a valorizar menos a manutenção do bom comportamento de seus educandos e mais a livre expressão das crianças e dos jovens que estão sob os seus cuidados.

O professor que conhece a Psicanálise sabe que o conhecimento está sempre permeado pelo desejo. Se os fenômenos que dizem respeito ao ensino e à aprendizagem possuem, por um lado, componentes inscritos no campo intelectual, possuem também toda uma carga emocional, em grande parte inconsciente. E isso tem a ver tanto com o universo psíquico do professor, detentor e transmissor dos saberes formalizados, quanto com o do aluno, para quem estes saberes são destinados.

Estas indicações serão melhor compreendidas quando analisarmos a psicoterapia psicanalítica, criada por Freud para curar as neuroses de seus pacientes. Por ora, observemos que a visão psicanalítica traz alguns problemas – e algumas soluções – para o campo educacional.

PARA QUE SERVE A PSICANÁLISE?

Ao mostrar que os fenômenos da sala de aula são mais humanos do que técnicos, o paradigma psicanalítico abre um caminho diferente e frutífero para os professores, o caminho da vivência humanizadora, da compreensão do outro, da busca de boas relações do indivíduo consigo mesmo e com os que o cercam. Solicita-se, então, menos ênfase no método e mais preocupação com a pessoa.

De outro lado, considerando que o inconsciente é um território inatingível, desconhecido, impossível de ser visualizado objetivamente, a visão psicanalítica sugere que o professor baseie suas ações em algo que não conhece. Os críticos da transposição da Psicanálise para a educação escolar sugerem que adotar os ensinamentos de Freud na escola significa abrir caminho para a irracionalidade, as práticas não-científicas e o abandono dos conteúdos escolares. Segundo essa visão, os ensinamentos freudianos contribuiriam para psicologizar a escola, isto é, para relegar a plano secundário o papel político e social do educador.

Logo que a Psicanálise começou a ser difundida no Brasil, recebeu a adesão dos educadores, especialmente daqueles que estavam empenhados em renovar o ensino. Por volta dos anos trinta, os autores escolanovistas não deixavam de fazer referência aos ensinamentos psicanalíticos e às contribuições que deles poderiam advir para modernizar as práticas escolares. Lourenço Filho, por exemplo, em seu livro *Introdução ao Estudo da Escola Nova*, um clássico do pensamento renovador dessa época, menciona a Psicanálise como uma das teorias que integrou o novo ideário educacional.

Outros, entretanto, mesmo compartilhando dessa matriz de pensamento, a Escola Nova, viam a Psicanálise como doutrina que viria desvirtuar os objetivos socializadores da nova educação. Para ficar no mesmo momento histórico, vale mencionar que essa crítica foi formulada por Renato Jardim, em livro publicado na década de trinta. Para o autor, a educação é um assunto eminentemente social, um empreendimento que diz respeito à estruturação da sociedade e aos valores a serem assimilados pelas novas gerações.

Jardim admitia que a Psicanálise contém uma crítica social, uma vez que faz referência à moral vigente na cultura, moral esta que, internalizada pelo superego, produz as neuroses. Mas, segundo ele, o paradigma freudiano não apresenta qualquer proposição voltada à mudança social, o que seria importante para implementar novas abordagens educacionais. O máximo que Freud ousou fazer foi criar uma psicoterapia individual, um tratamento capaz de aliviar a angústia das pessoas sem tocar nos conceitos morais vigentes.

Ainda, segundo Renato Jardim, a Psicanálise não faz referência alguma quanto aos fins sociais da educação, nem quanto aos meios, isto é, os métodos pedagógicos. Jardim considera que uma das grandes contribuições de Freud foi ter sistematizado o conceito de sublimação, a que já nos referimos, quando as pulsões inconscientes, canalizadas e concen-

tradas, são dirigidas para certas atividades socialmente desejáveis. Mas a teoria psicanalítica não explica aquilo que seria realmente útil ao trabalho escolar: como controlar esse processo em proveito do aprendizado do aluno.

O leitor poderá refletir, ao longo deste capítulo, sobre essas questões. Por ora, vale observar que o crítico Renato Jardim foi escolhido, aqui, por representar certa inclinação do pensamento pedagógico que consiste em analisar a teoria freudiana com os olhos da aplicabilidade, como se ela pudesse – e devesse – tornar-se uma ferramenta a serviço do ensino. Mas será que as contribuições do paradigma psicanalítico podem ser julgadas pelo crivo das técnicas psicológicas? Não estaria a Psicanálise mais à vontade se fosse vista segundo os referenciais de uma filosofia da educação?

Esse é um tema que permeia os três capítulos deste livro e que iremos retomar em nossas conclusões: qual é o sentido dos paradigmas da Psicologia para o professor? Será que a Psicologia deve ser vista pelo educador como uma tecnologia, uma caixa de ferramentas portadoras de soluções ou estaria melhor posicionada se fosse vista como um conjunto de sugestões, algumas acertadas, outras nem tanto, cuja serventia é auxiliar-nos a pensar sobre o que desejamos para o ser humano?

A PSICOTERAPIA PSICANALÍTICA

Com base em sua teoria sobre as neuroses, produzidas pela ação repressora do superego, Freud concluiu que o tratamento clínico desses desajustes da personalidade deveria consistir na desobstrução das barreiras morais que impedem o livre acesso das energias reprimidas à vida consciente. Esse é o fundamento da psicoterapia psicanalítica.

O trabalho psicoterápico consiste em solicitar ao paciente que relate livremente qualquer aspecto de sua vida, desde suas lembranças mais remotas até os fatos mais recentes, suas angústias, seus medos, seus sonhos etc. O importante é que o paciente não fique preocupado em organizar racionalmente sua fala, como normalmente o faz, e que não busque censurar os conteúdos de seus pensamentos. Esta idéia de Freud visa criar um ambiente de comunicação que torne menos rigorosas as barreiras impostas pelo superego.

O terapeuta, por sua vez, compromete-se a não fazer julgamentos de valor, nem censurar ou interpor obstáculos ao livre curso dos pensamentos do paciente. Sua função não é a de apresentar soluções ou conselhos, diferentemente do que se passa em outros tipos de psicoterapia. O trabalho do terapeuta psicanalítico é simplesmente interpretar. Este termo técnico significa estabelecer vínculos entre os conteúdos da fala do paciente, isto é, os conteúdos manifestos, conscientes, e os conteúdos supostamente presentes em seu inconsciente.

Partindo do princípio de que a neurose é causada por um desejo reprimido, se este desejo for tornado consciente estará desfeita – ao menos teoricamente – a razão de ser da

neurose. Um desejo reconhecido pelo ego não é capaz de produzir uma neurose, como também não produz um sonho. Ao solicitar que o paciente fale livremente sobre sua vida, o psicoterapeuta psicanalítico espera trazer à tona elementos inconscientes que possam ser interpretados como possíveis causas da neurose de seu paciente.

Em princípio, trazer um desejo à luz da consciência significa retirá-lo dos domínios do inconsciente, cuja linguagem é inacessível à razão, e colocá-lo sob o controle da racionalidade humana. Entretanto, esse processo não é tão simples quanto possa parecer. Há que se considerar a complexidade do inconsciente e o fato de que a situação de psicoterapia envolve os desejos do paciente e também as pulsões do próprio terapeuta.

Se analisarmos o desenvolvimento das concepções de Freud a respeito da técnica que criou, veremos que ele tornou-se cético quanto à possibilidade de cura advinda da psicoterapia psicanalítica. O termo cura, muito taxativo, originário da medicina, de fato não se aplica adequadamente a este paradigma. Considera-se, hoje, que a Psicanálise possui um arsenal clínico que possibilita à pessoa um caminho para o autoconhecimento, o que nem sempre pode ser identificado com o término de sintomas neuróticos.

Certos fenômenos conceituados por Freud, entretanto, ainda são válidos para caracterizar a relação entre paciente e terapeuta. Um deles é chamado transferência e diz respeito ao estabelecimento de vínculos afetivos entre o analisando e seu analista. Considera-se que esses vínculos, positivos ou negativos, têm origem no passado, especialmente na infância do paciente, quando foram um dia vivenciados. No momento presente, eles são atualizados e dirigidos ao psicoterapeuta.

Não é raro haver pacientes que se apaixonam por seus psicoterapeutas ou que, em certos casos, passam a odiá-los. A Psicanálise vê esses fatos como resultantes de vínculos originários das relações do indivíduo com seus pais. A bem da verdade, o fenômeno transferencial advém de afetos elaborados com base nas representações das figuras de pai e mãe internalizadas pela criança – representações estas que não coincidem necessariamente com o que seus progenitores de fato eram e faziam. É do universo fantasioso da infância que brotam os vínculos afetivos depois transferidos para a pessoa do psicanalista.

Logo mais abordaremos o processo de formação desses afetos, ocorrido ao longo do desenvolvimento individual. Por ora, vejamos que, quando essas representações eclodem na situação de psicoterapia, o profissional deve empregar o mesmo procedimento interpretativo utilizado em relação a qualquer outra manifestação do ego, ou seja, considerar tais expressões como originárias do inconsciente de seu analisando e atribuir às energias reprimidas a responsabilidade por sua existência. Assim, a relação entre paciente e psicoterapeuta transforma-se numa oportunidade ímpar de compreender a constituição da vida afetiva da pessoa, pois, embora esta tenha ocorrido na infância, possui energias componentes – muitas delas reprimidas – que permanecem atuantes.

O que garante que os afetos manifestados diante do psicanalista têm raiz verdadeiramente transferencial? Sem dúvida, é a postura absolutamente imparcial do psicoterapeuta, que não faz julgamentos de valor, não censura, não opina, enfim. Essa postura neutra e impessoal é que permite afirmar que tais vínculos são fruto de transferência e não relacionados a qualquer fato objetivo associado com a pessoa do profissional.

O PSICOTERAPEUTA E O PROFESSOR

Ao tratar aqui da técnica clínica criada por Freud, não estamos sugerindo que o professor deva tornar-se psicoterapeuta de seus alunos. Ao aceitar a existência do inconsciente, seu e de seus alunos, e ao ter sua atenção dirigida para os desejos que se ocultam nas ações conscientes dos integrantes da sala de aula, o que deve fazer o professor?

Vale lembrar que, por mais que conheça a Psicanálise e a aceite como paradigma válido para a educação, o professor não é um profissional formado para psicanalizar pessoas. Ele não está na escola para isso, nem é contratado e pago para tal função, ou seja, não tem competência técnica e nem autorização formal para tornar-se, em um passe de mágica, psicoterapeuta de crianças e jovens.

Tomemos o caso dos afetos que são dirigidos ao professor. Assim como não é raro haver pacientes que, na situação clínica, desenvolvem amor e ódio pelo psicanalista, também na sala de aula há alunos que amam e odeiam seus mestres. Podem esses vínculos ser considerados transferenciais? Sem dúvida, segundo a Psicanálise, pois todo afeto, positivo ou negativo, decorre de vivências passadas que se encontram reprimidas no inconsciente.

Mas há um fator que impede uma caracterização assim tão simplista. Diferentemente do psicanalista, o professor lida com fatos objetivos do dia a dia de seus alunos, ele se posiciona quanto aos conteúdos que ensina, emite juízos de valor, avalia por meio de notas, enfim, ele não ocupa aquela posição de neutralidade típica do psicoterapeuta, conforme vimos há pouco. Será possível distinguir com clareza quando o vínculo afetivo de um aluno é transferencial ou quando está fundamentado em atitudes concretas do professor? E o que dizer das emoções que tomam conta do professor? Seriam elas também transferenciais?

O que a Psicanálise possibilita, então, é a estruturação de um campo de referências mediante o qual o mestre pode elaborar hipóteses a respeito de si mesmo e de seus educandos. Isto, aliás, é o que faz o psicoterapeuta com seus pacientes. A contribuição da teoria psicanalítica para o trabalho docente não diz respeito a tornar o professor um curador de neuroses, mas sim, uma pessoa atenta para entender que o processo de ensino e aprendizagem não se resume a aspectos técnico-metodológicos, como já vimos.

A psicanalista Maria Cristina Kupfer nossa contemporânea, compartilha dessa tese. Para ela, a Psicanálise não traz, de fato, contribuição alguma ao campo dos métodos peda-

gógicos, se tomarmos o conceito de método no sentido estrito, como conjunto de ações que visa regularidade, objetividade, previsão e mensuração de resultados. A Psicanálise não oferece certezas, fórmulas, cartilhas de procedimentos que possibilitem ao professor ensinar de modo mais eficiente e produtivo.

O que as idéias freudianas realmente sugerem é uma ética que nem mesmo pode ser apresentada na forma de um catálogo de instruções. A Psicanálise encaminha o educador na direção do reconhecimento das limitações do processo pedagógico, tornando-o uma pessoa menos obcecada pela imposição de seus pontos de vista, suas verdades, seus valores morais, seu desejo de ordem e disciplina.

Nessa perspectiva, anula-se o mestre, ao menos na acepção tradicional que esta palavra comporta, como sinônimo de autoridade suprema, de saber incontestável e detentor de dispositivos disciplinares rigorosos. Sua relação com os alunos será pautada na compreensão de que os conteúdos escolares são assimilados por causa de disposições inconscientes favoráveis e que o fracasso, do aluno ou do professor, deve-se mais a fenômenos interpessoais – transferenciais, por exemplo – do que às peculiaridades do método de ensino ou do material didático.

O CONCEITO DE LIBIDO

Para compreender melhor o que Freud dizia sobre o conflito entre id e superego, e suas consequências para o ego, vejamos uma de suas mais desafiadoras afirmações. Segundo Freud, entre as pulsões que compõem o id, destacam-se as energias de natureza sexual. É contra elas que se erguem as barreiras morais que, internalizadas pelo indivíduo, formam o superego.

À época em que Freud elaborou sua teoria, entre fins do século XIX e início do século XX, essa afirmação causou repulsa e indignação, uma vez que significava dizer que as pessoas já nasciam com desejos sexuais. O problema era que se imaginava a sexualidade como algo que surge bem mais adiante, na adolescência, e que os bebês e as crianças pequenas eram totalmente imunes a sentimentos desse tipo.

Freud trouxe uma concepção diferente de infância e por isso foi mal aceito durante décadas, especialmente em certos meios intelectuais. O que ele pretendia dizer era que um bebê, ao sugar o seio da mãe, por exemplo, ativava uma energia que era da mesma natureza que um adulto ativava quando mantinha uma relação sexual genital. Deu o nome de libido a essa energia e considerou-a como a energia que move o ser humano na direção do prazer, seja ele uma criança pequena ou um homem feito.

A libido, portanto, é uma energia de natureza sexual, componente do id, presente no ser humano desde o nascimento, e é ela que impulsiona a pessoa em busca de satisfação. Para

Freud, o “princípio do prazer” dita a vida humana, logo este é a motivação maior para todos nós. Mas esse princípio, como já vimos, é interdito pelo superego, norteado por outro referencial, o “princípio da realidade”, originário das ordenações culturais e sociais. Voltaremos logo mais a este tema, pois ele diz respeito às concepções sociais e políticas de Freud.

O que interessa no conceito de libido, no momento, é que ele permite entender a personalidade como profundamente marcada por forças de natureza sexual. As energias envolvidas no conflito que gera o ego – seus traços característicos e seus distúrbios – são energias libidinais, isto é, sexuais. Assim, o desenvolvimento da libido, energia que assume diversas formas, fundamenta a teoria de desenvolvimento elaborada por Freud. No corpo dessa teoria, veremos como são constituídos os afetos primordiais que formam a personalidade da pessoa.

A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO PSICOSSEXUAL

A libido é uma energia e, como tal, necessita localizar-se em uma região do corpo, pela qual consegue obter satisfação. Quando nascemos, a região do corpo que se encontra em maior evidência é a região bucal. A boca é responsável pela nutrição do recém-nascido, exercendo uma atividade essencialmente biológica. Freud jamais negou isso, mas acrescentou que a boca, uma vez ocupada pela libido, torna-se um órgão que viabiliza prazer. Em outras palavras, a boca torna-se um órgão que dá vazão à energia sexual.

Caracteriza-se, assim, a fase de desenvolvimento oral, quando a sexualidade é vivenciada na relação que a criança estabelece, por intermédio da boca, com o mundo que a cerca. Dependendo do modo como essas vivências ocorrem, constituem-se certos traços de personalidade, especialmente aqueles que dizem respeito à imagem que o indivíduo guarda de si.

Impossibilitada de distinguir entre o mundo exterior – a mãe e os cuidados que esta lhe dispensa – e o seu próprio “eu” ainda em formação, a criança atribui a si mesma as ações que são a ela dirigidas. Assim, dependendo das vivências da criança, por intermédio da boca, com os que cuidam dela, desenvolve-se a auto-imagem do indivíduo, que poderá ser mais ou menos negativa ou positiva.

Mais tarde, a atividade excretória do ânus assume relevância na vida da criança, especialmente quando do treinamento feito pelos pais para que ela aprenda a defecar em lugar certo e horários apropriados. A libido, então, desloca-se para essa região, dando margem à fase de desenvolvimento anal. As vivências dessa fase associam-se a noções de disciplina, gerando maior ou menor senso de organização e método.

Alguns aspectos da teoria freudiana do desenvolvimento é importante ter em mente. Em primeiro lugar, Freud não esteve preocupado em estabelecer as idades em que estas fa-

ses de dão. Cada pessoa é única, assim como suas vivências, o que impede uma demarcação cronológica genérica aplicável ao desenvolvimento de todas as pessoas.

Em segundo lugar, o que determina uma fase é a fixação da libido em certa região do corpo, como já vimos, o que não quer dizer que a libido não possa estar em dois locais ao mesmo tempo – na boca e no ânus, por exemplo. Além disso, a mobilidade da libido permite que ela retorne a regiões do corpo antes ocupadas, determinando assim a regressão psicológica do indivíduo a certas vivências anteriormente prazerosas.

Outro aspecto relevante a ser considerado é que, quando nos referimos às experiências da criança com os adultos que a cercam – o modo como a mãe amamenta a criança, por exemplo – e completamos dizendo que estas vivências determinam traços de personalidade, não queremos dizer que as atitudes dos pais produzam automaticamente o caráter dos filhos. A Psicanálise revela que o fator decisivo, no caso, é o modo como o indivíduo enxerga – ou fantasia – o mundo exterior, as pessoas e as atitudes das pessoas que se relacionam com ele. Objetivamente, não é o mundo tal como o conhecemos que interfere em nossa personalidade, mas sim, o mundo que subjetivamente apreendemos. Desse modo, uma mãe, por mais carinhosa e cuidadosa que seja, pode ser experienciada pela criança de modo oposto.

A propósito disso afirmamos, há pouco, que os vínculos transferenciais dirigidos ao psicoterapeuta decorrem de representações internalizadas pelo paciente na infância. O que está em causa não são, de fato, as figuras reais de seus progenitores e as ações que, realmente, empreenderam, mas as imagens construídas sobre eles e sobre seus atos pela criança.

A Psicanálise não é uma teoria ambientalista, do tipo que considera nossa personalidade como simplesmente moldada pela ação do meio sobre nós. Embora seja assim, durante muito tempo, supostos adeptos das idéias de Freud utilizaram suas teorias para impor normas de bom comportamento aos pais, como se estes pudessem ser orientados por uma cartilha de atitudes corretas.

Conta-se que Freud, certa vez, ao terminar uma conferência, teria sido procurado por uma senhora que indagou sobre a melhor forma de educar seus filhos. O mestre de Viena teria respondido que ela poderia fazer como bem entendesse, pois de qualquer maneira não iria impedir as fantasias sexuais de suas crianças. Freud não era um entusiasta da aplicação da Psicanálise aos processos educacionais, justamente por perceber a impossibilidade de acesso direto à dinâmica do inconsciente.

A SITUAÇÃO EDIPIANA

Um dos tópicos mais conhecidos da teoria freudiana é o que diz respeito à vivência do Complexo de Édipo, fenômeno que ocorre em uma das fases do desenvolvimento psicosssexual, a fase masturbatória. Essa fase também é conhecida como fase fálica, devido à

relevância atribuída por Freud às fantasias infantis – masculinas e femininas – sobre o pênis nesse momento da vida da criança.

Vale ressaltar que muitas das concepções psicanalíticas foram construídas com base nas reflexões de Freud sobre essa fase, especialmente, sobre o modo como os meninos a vivenciam. Pouco espaço restou para a análise da situação feminina, cujas conclusões não agradaram nem mesmo ao próprio Freud. Vale observar também que Freud descreveu as ocorrências desta fase de várias maneiras diferentes, tendo inclusive reformulado suas idéias ao longo de suas obras. Vamos nos ater aqui a uma única linha de análise, entre as muitas que a Psicanálise comporta.

Consideremos inicialmente que, em certo momento da vida, por volta de quatro anos de idade, dizia Freud, o que não pode ser tomado categoricamente, a criança sente-se, particularmente, atraída pelo órgão sexual masculino. No caso do menino, este percebe sua presença, manipula-o e obtém satisfação libidinal por seu intermédio. Já a menina, ressent-se por não possuir algo que os meninos possuem.

Vejamos, primeiramente, o caso masculino. O menino, que tem forte ligação afetiva com a mãe, fantasia retribuir o afeto que a mãe lhe dedica fazendo uso do instrumento pelo qual ele próprio obtém prazer – seu pênis. Façamos uma pausa, aqui, para sublinhar que estamos nos referindo ao universo de fantasias da criança. Não valem, portanto, indagações quanto ao conhecimento objetivo que o menino possui para concretizar um ato sexual genital. Ele, certamente, não possui esse tipo de conhecimento, o que não impede o livre curso de sua imaginação.

Estamos falando, na verdade, daquela pulsão de natureza sexual, já mencionada anteriormente, que encaminha o indivíduo na direção do prazer. E devemos lembrar que o superego ainda não tem bases sólidas nesse momento, ou seja, a criança ainda não internalizou os escrúpulos que nós, adultos, possuímos quanto ao incesto. Seu ego ainda é muito sensível às pressões do id. Assim, o menino tem fantasias de relacionar-se incestuosamente com a mãe. Freud foi taxativo nesse ponto.

Ocorre que o menino, nesse momento, encontra um obstáculo entre ele e a mãe: o pai. Forma-se, assim, o chamado triângulo edipiano, imagem que Freud foi buscar na tragédia grega escrita por Sófocles, no século IV a.C. O menino desenvolve em relação ao pai um sentimento que Freud não titubeou em denominar “ódio”.

O leitor poderá apresentar, neste ponto, uma série de indagações sobre as múltiplas possibilidades de variação nesse triângulo. E se não houver a presença do pai na família? E se o menino não enxergá-lo com adversário? Devemos então esclarecer que esta narrativa de Freud apresenta uma situação geral, uma linha de desenvolvimento típica, e que as consequências de eventuais desvios só poderão ser analisadas em cada caso específico, preferencialmente em situação de psicoterapia.

Quanto ao sentimento de ódio, vale lembrar o que já foi dito acima quanto à ausência de barreiras morais bem estabelecidas, nesse momento da vida da criança. O que para nós pode parecer inaceitável – odiar o próprio pai – não o é para uma criança, cujo superego ainda não se encontra desenvolvido, e que, além disso, está sob forte pressão de desejos libidinais.

A situação feminina é de explicação controvertida, conforme já foi dito. A menina, percebendo em si mesma a ausência de um pênis, desenvolve profundo sentimento de inferioridade. Atribui à mãe a “culpa” por ela ter sido gerada assim e nutre um sentimento de ódio pela mãe – à semelhança do que ocorre, por outras vias, com o menino.

A SUPERAÇÃO DO ÉDIPO

Como vimos, é durante a fase de desenvolvimento chamada fálica que ocorre a situação edípiana, cuja denominação advém da análise do caso masculino. Freud trabalhou mais sobre as ocorrências na vida dos meninos e, conforme logo veremos, disso extraiu elementos para suas reflexões sobre a sociedade e a cultura. O que interessa no momento é verificar como a crise edípiana pode ser superada e como se dá o desenvolvimento psicosssexual dali por diante.

Vamos primeiramente à situação do menino que sente ódio pelo pai. Ocorre que esse menino, ao mesmo tempo em que sente ódio pelo pai, justamente por isso, também passa a temê-lo, a sentir que este poderá castigá-lo como retribuição pelos sentimentos negativos que lhe são dirigidos. O castigo fantasiado pelo menino viria na forma de castração. O pai poderia retirar dele o instrumento pelo qual ele fantasia a satisfação de seus desejos incestuosos: o pênis.

À angústia que Freud chamou de angústia de castração soma-se a ambigüidade de sentimentos vivenciada pelo menino, a difícil situação de odiar e amar a mesma pessoa – pois o menino nutre sentimentos de amor pelo pai, em semelhante intensidade.

A superação da situação edípiana vem, segundo Freud, com a intensificação do amor, o que se dá na forma de identificação, exacerbação de amor que mesmo alguns adultos sentem: querer ser como ele implica deixar de seu eu mesmo. Ao identificar-se com o pai, o menino coloca em ação um mecanismo psicológico que visa ocultar o ódio que sente. Livra-se assim, ao mesmo tempo, de sua angústia de castração e da insuportável ambigüidade de sentimentos – amor e ódio – relacionados ao pai. Com a menina, passa-se algo semelhante. Ela identifica-se com a mãe, afastando, desse modo, o sentimento de ódio.

Menino e menina, cada qual à sua maneira, identificam-se com pessoas de seu mesmo sexo, o que abre a possibilidade de que venham a desempenhar, dali por diante, papéis sexuais compatíveis com o que a sociedade espera e – até mesmo, dizia Freud – para o bem da preservação da espécie, uma vez que o encontro carnal de macho e fêmea torna-se factível.

A superação do Complexo de Édipo põe fim à fase fálica. Mas para onde vai o ódio sentido por meninos e meninas? Para onde vai o sentimento de inadequação ou inferioridade das meninas e o desconfortável temor de castração dos meninos? Onde fica a libido que motivou o desejo incestuoso? Todas essas energias não desaparecem, mas são afastadas, conforme afirmamos há pouco. Elas são afastadas da consciência, isto é, da área de visibilidade do ego. Tornam-se, portanto, inquilinas do inconsciente.

Segundo Freud só um grande deslocamento de energia é capaz de reprimir o ódio vivenciado na fase fálica. Um deslocamento tão monumental que arrasta consigo, para as regiões sombrias do inconsciente, todos os sentimentos desconfortáveis experienciados naquele momento e, mais ainda, todas as vivências infantis – orais, anais, masturbatórias.

Esse é o momento decisivo de constituição do superego que incorpora, dali por diante, certas normas fundamentais, certas proibições decisivas. Entre elas, o horror ao incesto e o impedimento de odiar o pai. Os verdadeiros sentimentos ligados à fase fálica ficam ocultos no inconsciente, reprimidos por ação dessas normas morais, sobre as quais muitas outras são erguidas no decorrer da vida da pessoa.

Mas, como sabemos, os conteúdos do inconsciente não ficam lá sepultados docilmente. Eles exercem poderosa pressão para manifestar-se à luz do ego, para chegar ao plano consciente. Entretanto, não é isto o que ocorre nos anos que imediatamente se seguem. Os conflitos vão eclodir mais tarde, no início da puberdade.

LATÊNCIA DA LIBIDO E FASE GENITAL

Referimo-nos, até aqui, a experiências que o indivíduo vivencia na etapa pré-escolar que antecede os estudos seriados indispensáveis para a formação do educando. Embora o tema das relações da criança com os profissionais que lidam com ela nessa fase seja atraente, não trataremos desta especificidade. Consideraremos que o professor entra em cena a partir da primeira série do ensino fundamental, quando a criança tem por volta de sete anos de idade.

O professor passa a conviver com a criança quando ela está – pelo menos teoricamente – saindo da fase edipiana. As observações de Freud sobre os anos que vão até o início da puberdade o levaram a verificar um comportamento atípico da libido. Desde o nascimento da criança, essa energia psíquica vinha ocupando determinadas regiões do corpo – a boca, o ânus, os órgãos genitais – mas, agora, isto não ocorre. Estamos falando de uma linha de desenvolvimento genérica, em que, nesta fase da vida, não há localização física da libido.

Inicialmente, Freud chegou a pensar que a libido encontrava-se em latência e a energia sexual ficava reclusa até que novas ocorrências no corpo da criança justificassem sua manifestação. Posteriormente, concluiu que a libido está em atividade, sim, energizando

atividades que vinculam o corpo e a mente da criança ao ambiente circundante. Nessa fase da vida infantil, os jogos, as brincadeiras, os esportes e as atividades escolares passam a desempenhar papel mais relevante.

A Psicanálise considera que o mecanismo de sublimação – deslocamento de libido para fins socialmente aceitáveis – atua fortemente nessa fase. Vale lembrar que grande quantidade dessa energia foi reprimida ao término da fase masturbatória, está contida no inconsciente e busca manifestar-se ao nível do ego. A libido é, então, canalizada na direção de uma ou mais esferas de atuação do indivíduo. A criança sente-se atraída para certo brinquedo, uma matéria escolar, uma atividade física, podendo inclusive destacar-se em um desses campos, dada à concentração de energia que ali se forma.

O fenômeno da aprendizagem, portanto, segundo a Psicanálise, depende do modo como se dá o aproveitamento da libido. Esta proposição não diz respeito apenas à fase de latência, pois todos os envolvimento do indivíduo com o conhecimento – interesse, desejo de saber, recusa em aprender etc. – são influenciados pelo inconsciente.

Se imaginarmos uma linha genérica e normal de desenvolvimento, o que exclui manifestações particulares e desviantes, podemos dizer que os primeiros anos da escolarização, provavelmente, serão proveitosos para a criança. Ao trabalhar os conteúdos escolares, o professor pode ter a sublimação a seu favor e, é claro, a favor do crescimento intelectual e social do aluno. O professor lida com energias sexuais reprimidas que, extravasadas para a região consciente, podem ser empregadas a serviço da equilíbrio do ego.

Outro aliado do trabalho pedagógico é a identificação, mecanismo que a criança desenvolveu como forma de superação do conflito edipiano. Se o seu emprego foi bem sucedido naquele momento, o indivíduo continuará lançando mão desse mecanismo e, na situação escolar, poderá identificar-se com o professor, o que será útil ao bom relacionamento de ambos.

A partir do início da puberdade, porém, todo esse quadro sofre profunda alteração. Devido às alterações biológicas que começam a ocorrer nesse momento, a libido tem sua força intensificada na direção do corpo da criança, particularmente para as zonas genitais. A força pulsional agiganta-se e faz aumentar a pressão para que retornem os desejos infantis reprimidos ao término da fase fálica.

Inicia-se, assim, a fase genital de desenvolvimento da libido, gerando fenômenos que conhecemos como crise da adolescência. As pulsões orais e anais querem satisfação, ocorrendo o mesmo com o desejo incestuoso e o sentimento de ódio ao pai, o que pode gerar sensíveis distúrbios do ego. Sentimentos e desejos vivenciados na fase fálica e nas fases anteriores entram, agora, em intenso conflito com as barreiras do superego, já bastante fortalecidas.

Impossibilitadas pelo superego de se manifestar em sua verdadeira forma, essas energias surgem no plano consciente sob outra aparência. Podem eclodir sintomas neuróticos, fato comum nessa idade. A aversão às autoridades é outra ocorrência que chama a atenção nessa etapa da vida e que diz respeito à relação do adolescente com a escola. O professor, simulacro da figura paterna, passa a ser o alvo de representações transferenciais, usualmente negativas.

Já que estamos tratando de uma linha de desenvolvimento típico, podemos dizer que o término desses conflitos dá-se com a possibilidade de satisfação plena da libido concentrada nos órgãos genitais. No plano afetivo, isto significa ligação amorosa do indivíduo com outra pessoa. Mas é bom lembrar que, de acordo com a teoria psicanalítica, é duvidoso falar em término de conflitos, assim como é falacioso pensar em cura de neuroses, como já mencionamos anteriormente. O que se pode afirmar é que o indivíduo encontra um ponto de equilíbrio entre seus desejos inconscientes e as exigências da realidade que agem sobre seu ego.

LIMITES E POSSIBILIDADES DA PSICANÁLISE NA EDUCAÇÃO

Comenta-se muito – e até se firma na legislação educacional – que uma das tarefas da educação escolar é contribuir para a formação da personalidade da pessoa. Sob o prisma da Psicanálise, essa pretensão deve ser relativizada, pois os alicerces do caráter do indivíduo já se encontram firmados quando ele vai pela primeira vez à escola.

Quando o professor entra em cena na vida da criança, tem diante de si um indivíduo cujos traços fundamentais do ego já estão sedimentados. Todas as vivências orais, anais, masturbatórias, todo o conflito edipiano que sustenta o superego, enfim, traços fundamentais do ego e de suas relações com o id já se encontram definidos nesse momento. Recalcamentos, repressões, mecanismos de defesa do ego e de ocultamento de desejos já fazem parte da personalidade. O que pode fazer o professor, então?

Vimos acima que o professor, orientado pelos conhecimentos psicanalíticos, dispõe de saberes que lhe permitem conhecer – ou ao menos supor – o que se passa com seu aluno nas diferentes fases de seu desenvolvimento, o modo como sua libido se manifesta, os conflitos pelos quais atravessa e as angústias das quais está sendo vítima. O professor que compreende a Psicanálise está à frente dos demais, pois tem em mãos um quadro de referências que fornece um panorama, ainda que não específico, sobre a vida psíquica da criança e do adolescente.

Mas o professor não constrói a personalidade de seu aluno. Ele pode, sim, agir de modo a não agravar certas tendências do caráter de seu educando. Uma criança que possua auto-imagem excessivamente negativa, um jovem obcecado pela ordem e pela disciplina, um aluno que agride desmesuradamente as autoridades – para ficar em extremos – são exemplos

de casos que, muitas vezes, obtêm a confirmação de suas tendências nas atitudes do professor. Ao invés de amenizar certas inclinações já constituídas, o professor, por descuido ou excesso de zelo, acaba fazendo recrudescer traços de personalidade que trazem sofrimento ao educando.

O psicanalista francês Georges Mauco escreveu que uma das contribuições da Psicanálise à educação consiste em elucidar a importância do mestre como modelo e possibilitador de diálogo. Como modelo, porque a teoria psicanalítica não deve ser confundida com ausência de autoridade e liberdade total para a realização de desejos reprimidos. Mauco ressalta a integridade psicológica do mestre como recurso para a boa equilibração da personalidade dos alunos. Ao fornecer-lhes um ego ideal com que possam identificar-se, o professor trabalha para que as energias irracionais do inconsciente possam ser convertidas em forças socialmente úteis.

Possibilitar diálogo significa, para Mauco, respeitar a pessoa e manter a necessária distância entre adulto e criança, para que esta possa adquirir autonomia e compreensão das regras que constituem a vida coletiva. Reafirma-se, assim, o papel do mestre como autoridade capaz de nortear a vida pulsional de seus educandos, antes que outras agências sociais o façam, causando danos para o indivíduo e para a sociedade.

O professor pode contribuir muito, a começar, sem dúvida, pelo abandono do sentimento de onipotência que atribui a ele o poder de moldar a personalidade do aluno. Uma das aflições do educador, não só nessa etapa da escolarização, é a incapacidade que sente diante de certas atitudes das crianças e dos jovens. O professor possui objetivos, conceitos e valores que deseja ver refletidos nas pessoas que educa e sente-se frustrado, muitas vezes, por não conseguir fazer valer o seu exemplo de vida. Seus alunos não são as pessoas que ele gostaria que fossem.

Essa frustração instala-se quando o professor não percebe a dinâmica de seu inconsciente e se deixa levar por vínculos transferenciais. Mais ainda, quando não considera a história de constituição da personalidade do outro. A busca do entendimento desses dois aspectos, presentes em todas as nossas relações interpessoais, não só as que se passam na escola, é uma maneira de amenizar frustrações.

O professor precisa reconhecer que seu esforço como educador pode não obter muitos resultados na formação da personalidade do aluno, e isto não implica apatia e aceitação cômoda dos problemas com que se depara. Esse reconhecimento ocasiona, isto sim, empenho ainda maior na superação de seus próprios conflitos interiores e na percepção dos pequenos ganhos que um simples gesto pode trazer.

O paradigma psicanalítico, certamente, não comporta indicações quanto a procedimentos, técnicas ou modelos de ação pedagógica, o que caberia ser desenvolvido por especialistas em metodologia de ensino. Como paradigma, a Psicanálise não passa de um refe-

rencial de compreensão do ser humano. Eis o seu papel como ciência que contribui para uma Psicologia da Educação.

CONCEPÇÕES SOCIAIS DE FREUD

No plano do desenvolvimento individual, já vimos o conflito que opõe as pulsões sexuais e os ordenamentos morais internalizado pelo superego. Esse conflito entre o princípio do prazer e o princípio da realidade termina com a vitória deste último, consubstanciada na predominância da pulsão genital sobre as pulsões infantis. Em algumas de suas obras, Freud dedicou-se a encontrar, na história da humanidade, eventos que pudessem auxiliar na compreensão desse processo de desenvolvimento individual que, segundo ele, faz parte da vida de todos os seres humanos.

Seus estudos o levaram a perceber a ausência de explicações plausíveis sobre a proibição ao incesto, tabu existente em praticamente todas as culturas. Unindo os resultados das observações clínicas psicanalíticas às conclusões da antropologia de sua época, Freud elaborou uma narrativa “histórica” sobre fatos de um tempo distante. A expressão “histórica” deve ser lida com cuidado, uma vez que Freud construiu, segundo suas próprias palavras, em *Totem e Tabu*, “um vislumbre de uma hipótese que pode parecer fantástica” mas que vinha ao encontro de seus objetivos.

A narrativa do criador da Psicanálise pode ser assim resumida:

No tipo mais primitivo de organização social, as pessoas viviam em pequenos agrupamentos compostos por um homem, suas mulheres e seus filhos. O chefe era um pai violento e ciumento que se apropriava das fêmeas com exclusividade e expulsava os membros masculinos do grupo, assim que estes cresciam. Em uma dessas hordas, os filhos expulsos retornaram, certa vez, e assassinaram o pai.

Esse ato, contra o qual ainda não havia qualquer proibição moral ou jurídica, colocou o grupo em total desordem. Os jovens foram tomados pelo sentimento de culpa, pois odiavam o pai, mas também o amavam e, além disso, começaram a lutar entre si pelas mulheres. Colocado em risco o agrupamento, os assassinos estabeleceram dois acordos fundamentais: a proibição do homicídio e o impedimento de relações sexuais com mulheres da própria horda.

O sentimento de culpa dos filhos gerou, assim, os dois tabus que deram origem à civilização que hoje conhecemos: “não matarás” e “não cometerás incesto”. Observe-se que a trama elaborada por Freud, bem como o seu desfecho, coincide com a situação edípiana que ele considerou parte constituinte da vida de todos os seres humanos do sexo masculino. Freud entendia que essa trama data dos primórdios da humanidade, tendo sido escrita por Sófocles no século IV a.C. com base em mitos contados de geração em geração.

O que Freud concluiu, portanto, é que a atração sexual do menino por sua mãe e o ódio por seu pai são sentimentos que estiveram presentes na origem de nossa civilização. E que a proibição ao incesto – bem como ao homicídio – foi o que permitiu o desenvolvimento dessa mesma civilização. O horror ao incesto transformou-se, com o tempo, em uma série de outras repressões da pulsão sexual, ao ponto de em certo momento só sermos capazes de obter prazer genital, só nos permitirmos ligações monogâmicas, com pessoas de outro sexo e assim por diante.

O princípio do prazer, portanto, deve ceder ao princípio da realidade em benefício da constituição da ordem social, como foi no início, quando os filhos tiveram que impor a si mesmos aquelas proibições em prol da existência da horda. Daí Freud ser absolutamente cético quanto à possibilidade de criarmos uma sociedade desprovida de repressão sexual. Organização social e sexualidade reprimida são termos gêmeos. O primeiro não existe sem o segundo.

Mais ainda, Freud via que, quanto mais desenvolvida e sofisticada torna-se nossa sociedade, maior é a repressão sexual imposta a seus membros. Ou, se quisermos inverter essa equação: quanto mais repressão à libido, maior o progresso social e cultural. Trata-se, aqui, da concepção de Freud em que a energia sexual reprimida converte-se em sentimentos úteis à convivência social – a sublimação, conforme já vimos.

Esses sentimentos produzidos pelo constrangimento à sexualidade – amizade, fraternidade, amor ao próximo etc. – são empregados para contrabalançar a agressividade inata do ser humano. O mesmo que ocorreu com os filhos que assassinaram o pai na horda primitiva. Eles tiveram que interditar seu próprio prazer sexual, para tanto, organizaram-se como grupo que não mata seus semelhantes, desenvolveram normas para conter a agressividade e a impulsividade sexual e, a partir de então, progrediram em torno de nobres sentimentos gregários.

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

Sob a ótica da concepção freudiana de sociedade, qual é o sentido da educação, seja no lar, seja na escola? Inevitavelmente, a educação visa reprimir a energia sexual para convertê-la em sentimentos que possam ser empregados em prol da harmonia social. Este pressuposto aplica-se a qualquer tipo de organização social, capitalista ou socialista.

O que Freud quis dizer é que não existe a mínima possibilidade de vivermos coletivamente sem que cada indivíduo aprenda sentimentos como solidariedade, fraternidade e cooperação. E estes sentimentos realmente se aprende, segundo ele, pois não são próprios do ser humano, conforme ficou evidente nos eventos da horda primitiva. Como são resultados de aprendizagem, precisam ser ensinados, pela família e pela escola.

Entretanto, desenvolver sentimentos desse tipo, construtores da sociabilidade, não é tarefa fácil. Já vimos que a criança nasce com pulsões totalmente não socializadas, egoístas, que buscam exclusivamente o prazer a qualquer preço. Essas energias que formam o id precisam ser reprimidas para que parte delas possa ser convertida – sublimada – em favor da vivência grupal.

Nessa perspectiva, pode-se imaginar que os educadores adeptos da Psicanálise sejam favoráveis a uma escola organizada de acordo com os moldes tradicionais, impositora, castradora, autoritária. Não é o que acontece, conforme foi assinalado aqui mesmo nestas páginas. Em geral, os autores que refletem sobre a educação sob a inspiração das idéias psicanalíticas tendem a posicionar-se favoravelmente a posturas menos repressivas no trato com crianças e jovens.

Um exemplo real e interessante vem de Summerhill, a escola inglesa criada nos anos vinte – e que existe ainda hoje, aliás – por A. S. Neill, cujos livros tiveram grande sucesso em nosso país nas décadas de 1960 e 1970. Naquela instituição, os alunos têm toda liberdade para estudar o que quiserem, na hora em que bem desejarem, sob uma orientação pedagógica não-diretivistica. No corpo teórico dos argumentos que sustentam Summerhill, há conceitos nitidamente inspirados na Psicanálise, favoráveis à liberação dos desejos de cada um – dentro de normas definidas coletivamente – em benefício do bem-estar de todos.

Como é possível a existência de uma escola como Summerhill? Ou ainda, como podem os educadores psicanalistas endossar um sistema de ensino baseado em menor repressão? Se Freud estiver certo em suas análises, a liberação de desejos conduz inevitavelmente à barbárie e não à cooperação.

Ocorre que a transposição dos ensinamentos da Psicanálise para o campo da educação escolar – da mesma forma que para outros setores de nossa vida – é um processo complexo em que estão envolvidas várias decisões. Uma delas diz respeito ao equacionamento entre liberdade e autoridade, terreno em que o professor é colocado quando opta pelo paradigma psicanalítico como guia de suas ações. Outra decisão crucial, estreitamente vinculada à primeira, refere-se às finalidades sociais e políticas em que situa o seu trabalho. Somente uma ampla reflexão sobre esses temas permitirá encontrarmos o caminho que melhor possibilite à Psicanálise oferecer contribuições para a Psicologia da Educação.

ORIGINALMENTE PUBLICADO EM:

CUNHA, M.V. *Psicologia da Educação*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2008. ISBN-13: 9788598271507. (sic)

BIBLIOGRAFIA



FREUD, S. **Cinco lições de psicanálise; A história do movimento psicanalítico ; O futuro de uma ilusão ; O mal-estar na civilização ; Esboço de psicanálise.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.

JARDIM, R. **Psychanalyse e educação : resumo commentado da doutrina de Freud e critica da sua applicabilidade a educação.** São Paulo: Melhoramentos de S. Paulo, [19-].

KUHN. T. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 1997.

KUPFER, M.C.M. **Freud e a educação :o mestre do impossível.** São Paulo: Scipione, 1995

LOURENÇO F. M. B. **Introdução ao estudo da escola nova.** São Paulo: Melhoramentos, 1963.

MAUCO, G. **Psychanalyse et education.** Paris : Aubier-Montaigne, 1968.

NEILLI, A. S. **Liberdade sem medo :Summerhill : radical transformação na teoria e na prática da educação.** São Paulo: IBRASA, 1968.